

Data: 24/06/2020

Duração: 1h

Videoconferência

**Ata da 3^a Reunião Ordinária
Conselho Fiscal do IGEPREV**

Reunião solicitada por:	Antônio Fernando de Oliveira Dantas Amoras	Tipo de reunião:	Ordinária
Condução:	Antônio Fernando de Oliveira Dantas Amoras	Redator da Ata:	Nadia Rocha
Conselheiros:	<p>Antônio Fernando de Oliveira Dantas Amoras – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Presidente do Conselho)</p> <p>Marcos Madeira Antunes – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular)</p> <p>Gleison Augusto Furtado Gomes – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular)</p> <p>Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Suplente)</p> <p>Luiz Thomaz Conceição Neto – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular)</p> <p>Antônio Luis da Silva Aragão – Representante dos Servidores Públicos em Atividade do Estado do Pará (Membro Titular)</p>		
Assunto:	Abertura		
Observada a existência de quórum, foi declarada aberta a terceira Reunião Ordinária por meio de Videoconferência do Conselho Fiscal do IGEPREV procedida pelo Presidente do Colegiado, Antônio Fernando de Oliveira Dantas Amoras.			
Pauta:	Relatório Mensal de Investimentos – Maio 2020	Relator:	Marcos Madeira
<p>O Presidente do Colegiado, Antonio Fernando de Oliveira Dantas Amoras, iniciou a sessão informando que o Conselheiro Marcos Madeira, representante do Governo do Estado do Pará, fará a apresentação do Relatório de Investimentos do IGEPREV, referente ao mês de maio de 2020. O Conselheiro iniciou informando que a rentabilidade da carteira FUNPREV do mês de maio foi de 2,10% (dois vírgula dez por cento) e a meta atuarial foi de – 0,13% (menos zero vírgula treze por cento). Destacou que o rendimento do FUNPREV foi de R\$81.217.125,69 (oitenta e um milhões, duzentos e dezessete mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos) e do FINANPREV foi de R\$21.789.289,47 (vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta nove reais e quarenta e sete centavos). O Conselheiro ressaltou que o patrimônio líquido do FUNPREV foi de R\$4.118.696.849,74 (quatro bilhões, cento e dezoito milhões, seiscentos e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos) e do FINANPREV foi de R\$792.061.888,17 (setecentos e noventa e dois milhões, sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos). Apresentou a distribuição de recursos por seguimento, que no FUNPREV foi de 86,99% (oitenta e seis vírgula noventa e nove por cento) em Renda Fixa e 13,01% (treze vírgula zero um por cento) em Renda Variável, e no FINANPREV a distribuição de recursos por seguimento foi de 71,82% (setenta e um vírgula oitenta e dois por cento) em Renda Fixa e 28,18% (vinte e oito vírgula dezoito por cento) em Renda Variável. Quanto a participação por Fundo Previdenciário, o Conselheiro informou que foi de 83,87% (oitenta e três vírgula oitenta e sete por cento) no FUNPREV e 16,13% (dezesseis vírgula treze por cento) no FINAPREV. No que tange as aplicações e resgates do FUNPREV, o Conselheiro destacou que os fundos escolhidos foram CAIXA BRASIL GESTÕES ESTRATÉGICAS e CAIXA ALOCAÇÃO MACRO e do FINANPREV foram os fundos CAIXA BRASIL IDKA, CAIXA BRASIL IRF-M e BRADESCO PREMIUM, ponderando que os resgates destes fundos foram para o pagamento da folha. Em se tratando da conjuntura econômica, o Conselheiro ressaltou que a incerteza continua, devido à pandemia de Covid-19, o cenário político doméstico e a abertura gradual na Europa, Estados Unidos e Brasil. Informou que no Brasil a economia contraiu 1,5% (um vírgula cinco por cento) no primeiro trimestre, que o IPCA em maio foi de -0,38% (menos vírgula</p>			

trinta e oito por cento), que os Bancos Centrais continuam com as políticas monetárias agressivas em conjunto com políticas fiscais intensivas, que a Taxa Selic está em 3% (três por cento). Ressaltou que houve valorização expressiva da Bolsa de Valores Brasileira em +8,57% (mais oito vírgula cinquenta e sete por cento) na relação Fluxo x Fundamento. Salientou a alta do índice S&P da Bolsa Norte Americana em +4,53% (mais quatro vírgula cinquenta e três por cento), o fechamento da curva de juros futuros em todos os vértices temporais e indexadores. Quanto à rentabilidade das carteiras acumuladas até 19 de junho de 2020, o Conselheiro informou que foi de R\$62.090.935,73 (sessenta e dois milhões, noventa mil, novecentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos) no FUNPREV e de R\$27.119.719,67 (vinte e sete milhões, cento e dezenove mil, setecentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos) no FINANPREV. O Presidente do Colegiado questionou quais são as cinco melhores carteiras de investimentos do 1º e 2º trimestre de 2020 e quais os melhores fundos em termo de rentabilidade. O Conselheiro Marcos Madeira explicou que nos investimentos não se olha somente a rentabilidade dos fundos, pois alguns têm boa rentabilidade, mas possuem o risco acentuado. O Presidente do Colegiado questionou então quanto à relação rentabilidade x risco. O Conselheiro Marcos Madeira informou que o Núcleo Gestor de Investimentos do IGEPREV desenvolve mensalmente o Relatório de Ranking de Investimentos, o qual demonstra os melhores fundos. Ressaltou que o Núcleo também possui uma Nota Técnica, a qual explica como os cálculos do NUGIN são feitos, quais os critérios utilizados e os fundos indicados. O Presidente do Conselho solicitou que o Relatório de Ranking e a Nota Técnica sejam apresentados ao Colegiado na reunião ordinária do mês de julho de 2020. O Conselheiro Luiz Thomaz, representante do Ministério Público do Estado do Pará, elogiou os analistas de investimentos do IGEPREV e ressaltou que o nível de informação tem sido excelente. Ponderou que entende a redução do Patrimônio Líquido do FINANPREV, devido aos resgates para pagamento da folha, sendo justificados pelo cenário econômico atual. Contudo, ressaltou que o Conselho Fiscal precisa estar atento aos níveis de queda do Patrimônio Líquido do FINANPREV, solicitando que a SEFA encaminhe documento ao IGEPREV com a exposição de motivos sobre a queda da arrecadação, justificando a necessidade dos resgates dos fundos da carteira do FINANPREV. O Conselheiro destacou que tal documento se faz necessário não só para justificar os resgates, como também para validar as decisões do Colegiado na análise da Prestação de Contas de 2020.

Deliberação:	<p>Os Conselheiros deliberaram pela apresentação do Relatório de Ranking, bem como da Nota Técnica, na Reunião Ordinária do mês de julho de 2020.</p> <p>Os Conselheiros deliberaram pela solicitação à Presidência do IGEPREV de documento emitido pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEFA, com exposição de motivos sobre a queda da arrecadação, justificando a necessidade dos resgates dos fundos da carteira do FINANPREV.</p>
---------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal do IGEPREV deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Nadia Patricia da Silva Rocha, Secretária Executiva do Conselho Fiscal do IGEPREV, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e demais membros do Conselho Fiscal do IGEPREV.

Belém, 24 de junho de 2020.

Antônio Fernando de Oliveira Dantas Amoras

Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Presidente do Conselho)

Marcos Madeira Antunes

Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular)

Gleison Augusto Furtado Gomes

Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular)

Miguel Evangelista Miranda Cruz

Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Suplente)

Luiz Thomaz Conceição Neto

Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular)

Antônio Luis da Silva Aragão

Representante dos Servidores Públicos em Atividade do Estado do Pará (Membro Titular)